



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639855 - SP (2021/0011241-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : JULIANA ARAUJO LEMOS DA SILVA - SP215256
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CAROLINA GONCALVES MASTROSCOSSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CAROLINA GONÇALVES MASTROSCOSSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos N. 0007773-68.2020.8.26.0496).

O juízo de primeiro grau, ao analisar pedido de retificação de cálculos para progressão de regime, entendeu que a paciente, em cumprimento de pena por tráfico de drogas (crime equiparado a hediondo), deveria cumprir 3/5 e não 2/5 da reprimenda para poder ter direito à benesse. A decisão foi confirmada em agravo (fls. 71/82).

A impetrante sustenta que a interpretação correta do art. 112 da LEP, alterado pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), deve ser no sentido de que exigir do apenado o cumprimento de 3/5 para a progressão de regime, só se a reincidência for específica, ou seja, a condenação anterior for por crime hediondo. Se, como na espécie, a primeira condenação é por delito comum, o lapso temporal a exigir é o de 2/5.

Requer, liminarmente, seja adotada a fração de 2/5. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência